



## INCLUSÃO E APRENDIZAGEM DE ALUNOS COM SURDEZ NO ENSINO SUPERIOR

MATIAS, Tânia Luiza. **Inclusão e aprendizagem de alunos com surdez no Ensino Superior**. Florianópolis: Id Acadêmico, 2023.

Orientador: Dr. Erivaldo Nogueira Campos.

### RESUMO

O objetivo deste artigo é entender o processo de inclusão de jovens com deficiência no Ensino Superior com bases bibliográficas. De modo a relatar os fatores da inclusão na graduação e as políticas de valorização das diferenças no processo de graduação e isso gera confiança, conforto e compreensão da diversidade individual deles e de outras pessoas, garantindo o acesso e a permanência na graduação. Portanto, com a pesquisa podemos perceber quais são as facilidades e as dificuldades de incluir o mesmo no meio social e se as universidades e faculdades estão preparadas para receber esses acadêmicos, devido que a educação precisa acompanhar as exigências da sociedade contemporânea, onde é inadmissível o preconceito e a discriminação buscando à igualdade de oportunidades e o acesso ao aprendizado, as faculdades e as universidades precisam dar aos alunos com deficiência e aos professores a possibilidade de vencer os obstáculos. Promovendo uma reflexão sociocultural sobre a problemática que envolve a inclusão de acadêmicos deficientes no Ensino Superior. Carvalho (2004); Daroque (2011); Ferreira (2003);

**Palavras-chave:** Ensino Superior; Educação Inclusiva; Língua Brasileira de Sinais.

### SUMMARY

The objective of this article is to understand the process of inclusion of young people with disabilities in Higher Education based on bibliography. In order to report the factors of inclusion in graduation and the policies for valuing differences in the graduation process, this generates trust, comfort and understanding of their and other people's individual diversity, guaranteeing access and retention in graduation. Therefore, with research we can understand what are the facilities and difficulties of including them in the social environment and whether universities and colleges are prepared to receive these academics, given that education needs to keep up with the demands of contemporary society, where it is unacceptable prejudice and discrimination seeking equal opportunities and access to learning, colleges and universities need to give students with disabilities and teachers the possibility of overcoming obstacles. Promoting socio cultural reflection on the issues surrounding the inclusion of disabled students in Higher Education. Carvalho (2004); Daroque (2011); Ferreira (2003);

**Keywords:** Higher Education; Inclusive education; Brazilian Sign Language.

## INTRODUÇÃO

A inclusão dos acadêmicos com deficiência na graduação é ainda um problema. E a proposta no presente artigo é analisar o processo de inclusão e o aprendizado do estudante surdo no Ensino Superior, fazendo uma reflexão sobre as situações e os problemas que ocorrem entre o professor e o aluno e também vice-versa, em uma prática pedagógica com ponto de vista educacional. Sendo diversas vezes excluído e tendo que superar barreiras.

O propósito se justifica pela colaboração com a educação inclusiva dos surdos, com uma reflexão sobre a história das pessoas com surdez e seu processo de escolarização e tendo importante papel também na função dos profissionais envolvidos no processo de educação de surdos e como essa educação vem sendo analisada na prática.

Conforme Mantoan (2005), a implementação deste fato relata um aumento na responsabilidade social através do ensino, buscando melhores preparos para a vida adulta em uma sociedade inclusiva através da educação, com outros acadêmicos sem deficiência e recebendo o apoio instrucional das pessoas da educação não especial beneficiando a aprendizagem sob condições instrucionais diversificadas.

A caminhada social das pessoas surdas esteve na maioria das vezes implicada em uma concepção de homem e de cidadania ao longo dos anos. As histórias da educação dos surdos no Brasil é uma pequena parte da longa história em todo o mundo. Sendo que as pessoas surdas, ao longo do caminho enfrentaram desrespeito, preconceito e loucura.

De acordo com Mantoan (2005), o ganho para todos é viver a experiência da diferença. Os alunos enfrentaram isso na infância para que no futuro pudessem estar preparados para encontrarem os mesmos desafios, mas com um ponto de vista mais construtivo para vencer os preconceitos. A inclusão permite aos que são discriminados pela deficiência, pela sua classe social ou mesmo pela sua cor o direito de ocupar seu espaço na sociedade. Portanto, se isso não acontecer essas pessoas serão sempre dependentes e terão uma vida cidadã pela metade. Uma pessoa não pode ter um lugar no mundo sem considerar a do outro, valorizando o que ele é e o que ele pode ser. Sendo assim, para os professores o maior ganho está em garantir a todos o direito à educação.

Contudo, o estudo busca ajudar o desenvolvimento da educação inclusiva de

alunos surdos no Ensino Superior a partir das dimensões que apontam para os desafios que ainda precisam ser vencidos, tendo como alternativa, a busca por um desenvolvimento no processo de aprendizagem.

## **INCLUSÃO EDUCACIONAL NO BRASIL**

Ao imaginar a possibilidade de romper barreiras que demonstram a aceitação das diferenças entre as pessoas, trata-se de um processo complexo que necessita de capacitação, participação social e governamental e além de uma avaliação permanente.

Segundo Leitão (2008), até na década de 1950 no Brasil praticamente não se falava sobre Educação Especial. Na boa parte das vezes as pessoas com deficiência eram sujeitas a estudos dos profissionais das áreas médicas e paramédicas. Dessa maneira, as histórias revelam que esses profissionais foram os primeiros a realizar estudos e pesquisas para apontar a concretização de propostas de atendimento a esse segmento da população.

Conforme Rogalski (2010), em meados da década de 1970 que a Educação Especial passou a ser discutida no Brasil e a partir disso tornaram-se preocupações para os governos, com abertura de instituições públicas e privadas, órgãos normativos federais e estaduais e de classes especiais. Contudo, somente em 1990 que a inclusão passou a se fazer presente no Brasil. Com propostas de estimular sua participação plena na sociedade, reconhecer os direitos das pessoas com deficiência, superar a exclusão e a desigualdade social.

De acordo com Ropoli (2010), a inclusão rompe os objetivos do conservadorismo das escolas, contestando os sistemas educacionais em seus fundamentos. Questionando os modelos ideais, a normalização de perfis específicos de alunos e a seleção dos eleitos para frequentar as escolas.

Tendo a possibilidade das pessoas com deficiência entrarem no sistema educacional e isso demonstra a importância dos professores saber lidar com esses alunos, o que mostra também uma ruptura de paradigmas no que diz respeito à inclusão no Sistema Regular de Ensino.

Segundo Beyer, para que o atendimento escolar de alunos com deficiência seja possível no ensino regular, deve haver a tomada de consciência e a disposição de participação no processo por parte de vários sujeitos envolvidos, sejam eles pais,

crianças, professores, gestores, etc. (BEYER, 2005, p.26).

A preocupação passou de estudo passou a ser no Ensino Superior, sendo que a inclusão não pode ocorrer de modo efetivo sem que a comunidade acadêmica veja que está tendo um apoio na tarefa de integrar os alunos no cotidiano das faculdades e universidades. O que as instituições de Ensino Superior precisam saber é que a inclusão pressupõe um novo meio de interação social, tendo que ter mudanças na estrutura da sociedade e da própria Educação Superior, que tem um papel importante no processo ao enfrentar e romper as barreiras e oferecer todas as condições acessíveis para o aprendizado.

A acessibilidade é a qualidade do que é acessível aquilo que é atingível, que tem fácil acesso. Com os avanços das políticas públicas para as pessoas com deficiência, a acessibilidade passou a ser comentada como uma medida voltada para trazer a possibilidade de acesso para as pessoas que possuem alguma deficiência. A concepção de acessibilidade fundamentou as ações de políticas públicas voltadas ao público-alvo da Educação Especial no país.

### **Inclusão no Ensino Superior**

A educação dos surdos demonstra um grande desafio aos sistemas educacionais ao redor do mundo. Para que se tenha um maior entendimento desse assunto é importante destacar os aspectos essenciais na construção dessa realidade que são frutos da construção coletiva do homem ao longo do tempo e a visão sociocultural trouxe outros aspectos e propostas para o modelo educacional de pessoas surdas.

Com os avanços e objetivos de concretizar os direitos das pessoas com deficiência foi realizado a incorporação de dispositivos que foram realizados pela constituição de 1988 nos âmbitos da educação e trabalho e dos direitos da mesma.

De acordo com a Política Nacional de Integração da Pessoa Portadora de Deficiência de 2012, a Constituição de 1988 trouxe uma visão ainda embrionária de acessibilidade, demonstrando à garantia do direito de ir e vir e à locomoção em território nacional, conforme estabelece o art. 5º, inciso XV da legislação. Sendo um importante documento, para a valorização e ao respeito da diversidade humana, da igualdade de oportunidades e da universalização da educação.

Na área da educação foi registrado o direito público subjetivo à educação de todos os brasileiros, inclusive as pessoas com deficiência. Portanto, foi assinado pelo

Presidente da República a lei nº 7.853 em 1989 que trouxe obrigatoriedade oferta da educação especial em estabelecimentos públicos de ensino e definiu como sendo crime o ato de recusar, suspender, procrastinar, cancelar ou fazer cessar, sem justa causa a inscrição de alunos ou acadêmicos em estabelecimentos de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado por motivos derivados a deficiência que porta.

Conforme com Góes (2007):

É garantido por lei o acesso das pessoas portadoras de deficiência aos estabelecimentos de ensino público e privados e de ser adequados, sob normas técnicas e padrões de conduta. (GÓES, 2007, P.22)

Segundo Ansay, no Brasil, constata-se que a partir da década de 1990 com as políticas de inclusão escolar houve um aumento nas matrículas de alunos com necessidades educacionais especiais (NEE) e surdos no ensino comum (2009, p.45).

Ainda segundo Ansay (2009, p.45), ao chegar ao Ensino Superior pressupõe que o aluno passou por diferentes etapas e níveis educacionais. No caso de alunos surdos que ingressaram no Ensino Superior essa trajetória educacional tem suas singularidades, que devem ser observadas por mostrar aspectos relevantes para ações pedagógicas eficazes e contribuições para políticas pedagógicas inclusivas em todos os níveis de modalidades de ensino.

De acordo com Ansay (2009, p.50), os alunos que ingressaram na graduação é uma pessoa que tenta vencer as barreiras de comunicação, atitudinais, econômicas e sociais. É uma pessoa que no tempo da sua escolaridade construiu e apropriou-se de saberes que foram construídos historicamente, abrindo assim, maneiras avanços em seu estudo. Ingressar, permanecer e concluir um curso no Ensino Superior é um grande desafio para os alunos surdos. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9.394 de 1996 especifica a responsabilidade do poder público dando preferência a futuros acadêmicos com apoios especializados, se necessário.

Conforme Goes (2007, p.34), para entender a representação de deficiência é primordial um cuidado na compreensão de alguns axiomas que é possível constar aos atributos labirínticos do símbolo e das questões existenciais. Torna-se imperativo acrescentar à análise do comportamento dentro das universidades e faculdades, que faz parte do campo teórico da pesquisa tradicional dominante na educação, a interpretação semiótica, dramatúrgica e fenomenológica.

De acordo com Reily (2004, p.89), a inclusão não significa promover a adequação ou a normalização de acordo com as características de uma maioria, mas sim do significado de fazer parte, do conviver e não se igualar. A fundamentação de inclusão é de adaptar o sistema de ensino às necessidades dos alunos. Contudo, a inclusão sugere somente um único sistema educacional de qualidade para todos os acadêmicos, com ou sem deficiência e com ou sem outros tipos de condições atípicas. A inclusão é, portanto, uma maneira de aceitação das diferenças com o objetivo de enfrentar desafios e vencê-los.

Segundo Góes, a inclusão se baseia em princípios como, aceitação das diferenças como um atributo, não como um obstáculo, valorização da diversidade humana pela sua importância para o enriquecimento de todas as pessoas, o direito de pertencer e não de ficar de fora e o igual valor das minorias em comparação com a maioria (2007, p. 91).

De acordo com Carvalho (2004, p.110), a inclusão no Ensino Superior não é somente um processo apenas de transferência de conhecimento ao acadêmico, mas também um jeito de integrar ou relacionar-se com os outros acadêmicos em um meio social entre todos, juntamente com seus professores, familiares e colegas de classe. Isso, pode ser muito importante para estimular o acadêmico com deficiência a relacionar-se com os demais acadêmicos que não possui o mesmo e isso trará mais de si para sua superação.

Conforme Ferreira e Guimarães (2003, p.15), esta diversidade é importante para o professor, pois permite que o mesmo planeje aulas para que todos acadêmicos participem, deixando as aulas mais interativas. Em alguns momentos haverá exclusão por parte de alguns grupos e isto deverá ser trabalhado inicialmente antes de qualquer atividade, pois é praxe a aproximação do ser semelhante excluindo o ser diferente.

## **ENSINO SUPERIOR E SUAS DIRETRIZES**

Segundo o Ministério da Educação (2006), nos dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Censo Demográfico realizado em 2000 foi estimado a população do Brasil em 187.434.170 pessoas, sendo que 34.580.721 pessoas são portadoras de deficiência. Portanto, com esses números expressivos, a política educacional possui uma plataforma programática que se dedica a garantir o direito à educação para essas pessoas, dando a liberdade de acesso e

permanência em igualdade de oportunidades para estudantes com deficiência.

Os parâmetros segundo a Secretária de Educação Superior (2006), demonstram que os eixos da política educacional estão ligados com a política de inclusão de pessoas portadoras de deficiência no Ensino Superior, tendo destaque a criação de centros de apoio pedagógico, da viabilização de intérpretes e instrutores de libras, acessibilidade à comunicação, a obtenção de equipamentos e materiais didáticos, aquisição e adaptação da infraestrutura e mobiliários e formação de docentes.

Segundo Michels, a necessidade de adaptação de provas e apoios necessários à equiparação de oportunidades. Estando sempre disposto a evolução e preocupados com a melhoria do atendimento educacional aos portadores de deficiência, matriculados no Ensino Superior (2000, p.15).

Foi publicada pelo Ministério da Educação (1999), a Portaria nº1.679 que “dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições”.

O Ministério da Educação (2006), considerando disposto na Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, no Decreto nº 2.306, de 19 de agosto de 1997 e na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, tendo a necessidade de assegurar aos portadores de deficiência sensorial e física, a condições básicas de acesso ao Ensino Superior, da mobilidade e de utilização de equipamentos e instalações das instituições de ensino, incluindo instrumentos com o objetivo de avaliar as condições de oferta de cursos superiores, tendo fins de autorização e reconhecimento e também para o credenciamento de instituições de Ensino Superior, bem como para sua renovação e exigindo os objetivos básicos para acessibilidade de pessoas portadoras de necessidades especiais.(BRASIL, 2006)

A Secretária de Educação Superior (2006) junto com as orientações legais e diretrizes governamentais possui esforços em prol da problematização da inclusão educacional. Com ações educativas que sugerem o favorecer das pessoas portadoras de deficiência, principalmente nas áreas da acessibilidade e da democratização digital, como o programa Incluir que foi desenvolvido pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação, com o objetivo de apoiar financeiramente os projetos que garantem o acesso e a permanência em igualdade de oportunidades para estudantes com deficiência.



De acordo com Rama (2006, p.30), ao apontar a situação das pessoas portadoras de deficiência no Ensino Superior, indica que a Educação Superior mostra um pequeno atraso tanto na formulação dos marcos normativos, como também nas práticas sociais inclusivas.

Ainda conforme Rama (2006, p.31), as modalidades pedagógicas homogêneas, memorísticas e repetitivas, a práticas educativas de caráter interativo, em que a responsabilidade da aprendizagem recai não só ao acadêmico, como também nos professores, nos administradores e na sociedade em geral.

## **A INCLUSÃO DA DISCIPLINA DE LIBRAS NO ENSINO SUPERIOR**

Segundo Reily (2004, p.105), na pré-história já eram utilizados a comunicação gestual, mas a partir da utilização de ferramentas passaram a se comunicar oralmente. Outro exemplo da utilização da linguagem de sinais é a utilização por mergulhadores, que para se comunicarem embaixo da água eles se comunicam a partir de códigos gestuais. Também, nos mosteiros são utilizados gestos, como língua de sinais devido ao voto de silêncio. Os povos indígenas do planalto faziam o uso das línguas de sinais, mas neste caso eles eram de várias tribos distintas e falavam línguas diferentes.

Ainda de acordo com Reily (2004, p.106), a origem da língua de sinais que é conhecida hoje no Brasil foi no ano de 1760, sendo desenvolvida por religiosos franceses. Nessa época duas irmãs gêmeas surdas estavam sendo educadas pelo padre Vanin, que veio a falecer. Com isso, entendendo que aquelas jovens não poderiam morrer na ignorância e sem informação um francês chamado *L'ÉPÉE*, desenvolveu um método de linguagem com as mãos, pois antes elas eram ensinadas por meio de gravuras. Ele apontava objetos com as mãos e escrevia o seu nome na lousa e com o passar do tempo ele verificou que aquelas meninas precisavam de um aprendizado gramatical, devido que elas se comunicavam fluentemente, então decidiu aprender os sinais que as alunas utilizavam para então melhorá-los. Nos Estados Unidos, na Inglaterra e na Alemanha também utilizavam o mesmo método e não diferente disso o Brasil também adquiriu esse sistema de educação criado pelos franceses. Em 1855 o professor surdo Hernet Huet chegou no Rio de Janeiro para educar os surdos, conseguindo que o imperador D. Pedro II providenciar recursos para fundar o Instituto Imperial de Surdos-Mudos, que atualmente chama-se Instituto Nacional de Educação dos Surdos.



Segundo Reily, naquela época, na França Naquela época, na França, a educação dos surdos já pendia para o lado do oralismo, por isso, o modelo de ensino que Huet trouxe ao Brasil enfatizava a leitura labial e a articulação da fala, com apoio da datilologia. No entanto, por ser surdo atuando numa instituição residencial onde alunos sinalizavam entre si, o contexto foi propício para a constituição de uma língua de sinais brasileira, na confluência da língua de sinais francesa (LSF) com a língua de sinais dos centros urbanos brasileiros – LSCB (2004, p. 116).

Conforme Reily (2004, p.124), na língua de sinais atualmente a gramática obedece a outra ordem, com sentidos e estruturas diferentes da linguagem oral, para isso os surdos adaptaram-se para sua própria educação, constituindo uma língua que atendesse melhor às suas necessidades. Para isso, as políticas juntamente com as legislações com âmbito local e nacional capacitam profissionais da educação para que ninguém seja excluído da inclusão educacional.

De acordo com Gurgel (2010, p.28), a ausência de uma língua comum entre o professor ouvinte e o aluno surdo traz dificuldades na interação que ocorre na sala de aula, o aluno surdo muitas vezes fica desmotivado, o que prejudica seu processo de aprendizagem e, portanto, de elaboração conceitual.

Segundo Lacerda (2009, p.33), torna-se necessário refletir sobre outras demandas do aluno surdo no processo ensino-aprendizagem. Portanto, comentar sobre o processo Pedagogia Visual que envolve preparo dos materiais de apresentação das aulas, priorizando visualidade do estudante surdo. Gesueli apud Romário e Dorziat, (2016), aponta que pelo fato de não ouvir, o surdo apoia-se menos e indiretamente na relação oralidade e escrita, tornando a possibilidade de considerar o aspecto visual da escrita como um fator relevante no processo de sua aquisição. O surdo necessita de tempo para visualizar a informação, para se conectar com o sentido do que está sendo falado, porque não está acompanhando a explicação oral do professor, como acontece com o ouvinte.

Conforme Ferreira e Guimarães (2003, p. 102), a inclusão não é apenas um objetivo a ser alcançado, mas um caminho a ser percorrido, pois os professores irão ampliar suas habilidades diante de toda sua experiência educacional para que possam alcançar os acadêmicos com deficiências, pois eles também buscam apoio profissional para que eles os preparem para o mercado de trabalho e isso também é o mesmo pensamento dos familiares que tem perspectiva que seus filhos sejam ensinados por professores cuja adaptação é para levar e ensinar a todos.

De acordo com Amélia (2011, p.135), a realidade parece que está mudando dentro desta nova adaptação educacional, porque em uma sala de aula do Ensino Superior tem um profissional na área dando apoio ao professor, dando o princípio a inclusão e os professores estão mais positivos sobre a inclusão de acadêmicos com o compromisso de superar as dificuldades emocionais quando se refere a comportamento na aprendizagem dentro da inclusão, vencendo a sua credibilidade como profissional e apoiando-se mais para o seu conhecimento que facilitará dentro da especialização.

Ainda de acordo com Amélia (2004, p.140), o professor tem que ainda valorizar os atos de compreensão entre a expressão do acadêmico com deficiência aproveitando os conteúdos prévios. E isso é fundamental para que os alunos possam adquirir o conhecimento que o professor planeja e elabora, com aulas construtivas e beneficiando ambas as partes, planejando até mesmo com recursos didáticos, elaborando para seus alunos atividades com raciocínio lógico, para que o acadêmico se sinta participativo durante as aulas e perceba que seu desenvolvimento de aprendizado esteja evoluindo. É da responsabilidade do professor também utilizar outros aspectos inseridos na avaliação destes alunos com acompanhamento, mas sabendo que os professores precisam receber suportes para o Ensino Superior para todos os portadores de deficiência.

## **A IMPORTÂNCIA DOS CURSOS SUPERIORES NA INCLUSÃO**

Segundo Amélia (2011, p. 180), quando se fala sobre a inclusão não significa que tem que promover apropriação de normas de acordo com as características da maioria, mas significa querer fazer parte da convivência e não se compensar. Porque o principal foco da inclusão é a adaptação dos processos educacionais para tais necessidades, quais a inclusão tem como objetivo propor um único sistema educacional de capacidades para todos os alunos e futuros acadêmicos universitários portador de deficiência ou não de deficiência ou sem outros tipos de exigências. Este processo de adaptação pode ser caracterizado como complicado, pois tem que ser um trabalho realizado juntamente com todos os participantes do sistema. Tendo que a inclusão consiste em ter ensinamentos como:

1. A educação inclusiva facilitará que ao acadêmico com deficiência participe de eventos na sociedade;

2. A inclusão superior pode vencer as discriminações acadêmicas;
3. A inclusão superior pode desfazer barreiras partindo o grupo de exclusão;
4. As universidades e faculdades podem melhorar a educação juntamente com adaptação inclusiva para todos;
5. A inclusão superior pode ampliar a motivação dos outros acadêmicos;

De acordo com Amélia (2011, p. 206), com as características para a construção do desenvolvimento dos professores e acadêmicos, trazendo conhecimentos na interação e contribuindo para que os colegas possam tornar-se mais cooperativos. Buscando argumentações sobre os ensinamentos consistentes na inclusão. Com isso, a educação pode ser demonstrada incluindo as competências na prática do conhecimento importante para deixar de pensar qual a classe social educacional.

Ainda de acordo com Amélia (2004, p. 207), a inclusão vai muito além com a importância dos futuros acadêmicos portadores de deficiência, devido que a posição do acadêmico longe dos olhos de sua família no dia-a-dia é diferente e as universidades e faculdades tem que demonstrar ao deficiente que tem seus proveitos educacionais, diferentemente do ensino escolar.

Conforme Amélia (2011, p. 230), na sociedade são pensado que os acadêmicos com deficiência são bem vulneráveis em relação aos outros acadêmicos, pode-se dizer que isto é um preconceito, uma discriminação com os acadêmicos deficientes e isso demonstra que estão descritos nos contextos, mas as universidades e faculdades tem que ensinar e motivar os acadêmicos com deficiência a não terem também pensamentos preconceituosos e discriminador, pois estas atitudes mostram que a sociedade se engana da capacidade de cada um acadêmico com deficiência, deste modo o Ensino Superior estará preparado a propor estas mudanças de pensamento por parte da sociedade.

Amélia (2011, p. 234) demonstra que a inclusão superior age na melhor ação educacional para os portadores de deficiência, fazendo com que os professores tenham desafios maiores em sala de aula e até mesmo na vida social, beneficiando não apenas os acadêmicos com deficiência, mas também outros acadêmicos.

As vantagens de um atendimento integrado são: a convivência com os acadêmicos de sua faixa etária, considerando-os normais em ambientes comuns, os acadêmicos portadores de deficiências têm mais condições de desenvolver suas capacidades, e de possuir um convívio social mais rico e abrangente, sem tantos

rótulos e estigmas e a integração na escola regular, ademais não é benéfica apenas para os acadêmicos portadores de deficiência. Também pode ser percebido como uma “via de mão dupla”, pois os acadêmicos considerados normais ao conviverem condições de igualdade com aquelas que apresentam déficits em alguma área também serão beneficiadas. Eles irão aprender que o mundo não é um lugar onde todos são iguais, que tais pessoas mesmo sendo diferentes, merecem respeito, amizade e afeto. Também se aprende que existem muitas formas de ajudá-los em suas limitações, inclusive educacionais, com uma visão menos preconceituosa dos indivíduos portadores de deficiência, deixando de lado barreiras psicológicas que só conduzem a sua estigmatização e segregação.

De acordo com Freitas e Eulálio (2020, p. 15), a importância de um espaço de educação bilíngue onde a Libras deve ser valorizada como primeira língua dos surdos, tendo neste espaço a prioridade da prática pedagógica que atende as necessidades dos alunos surdos, por meio de didáticas visuais. E com isso, respeitar as diferenças linguísticas é um primeiro passo para o desenvolvimento pleno do estudante surdo.

Ainda conforme Freitas e Eulálio (2020, p.15), o ideal seria a implementação de uma Universidade bilíngue onde professores fossem bilíngues e os alunos se tornassem bilíngues (Libras e Língua Portuguesa), assim a interação professor e aluno não sofrem com as barreiras da comunicação.

Em entrevista concedida ao Jornal dos Professores em fevereiro de 2003 o consultor de Educação Inclusiva, Romeu Kazumi Sassaki afirmou que:

As vantagens da inclusão são para todos. Ele cita que escolas, faculdades e universidades comprovam na prática o que em 1994 dizia o Programa da ONU em Deficiências Severas. Os estudantes com deficiência: desenvolvem a apreciação pela diversidade individual; adquirem experiência direta com a variação natural das capacidades humanas; demonstram crescente responsabilidade e melhorada aprendizagem através da inclusão; estão mais bem preparados para uma vida adulta em uma sociedade diversificada através da educação em salas de aula diversificadas; frequentemente recebem apoio acadêmico adicional da parte do pessoal de educação especial; podem participar como aprendizes sob condições instrucionais diversificadas - aprendizado cooperativo usa de tecnologia baseada em centros de aprendizagem etc. (SASSAKI, 2003, p.15).

O número de alunos com deficiência matriculados em universidades, faculdades e cursos técnicos em 2001 era de apenas dois a cada dez acadêmicos, já em 2010 esse número passou para seis a cada dez. A política educacional brasileira

atravessa constantes conflitos em que calorosos debates surgem. Entretanto, no que concerne à educação de pessoas portadoras de deficiência, incluídas no Ensino Superior e isso demonstra que ainda tem muito a ser discutida e amadurecida. Não se pode negar que houve avanços em nível de legislação e das estratégias pedagógicas implementadas no Ensino Superior. Contudo, para almejar o processo de inclusão será necessário avançar para além dos aspectos acima citados.

De acordo com Michels (2000, p.27), revelou que os alunos consideram prioritária a necessidade de adaptação do ambiente físico e a implantação de um centro de apoio para a inclusão destes no Ensino Superior. Outro processo avaliado foi o aspecto psicossocial, que onde os alunos assinalaram o forte preconceito que sofrem na universidade, evidenciando através do desconhecimento que os professores manifestam diante das necessidades dos acadêmicos deficientes, pelas atitudes que refletem a discriminação social e pelo descaso da própria rede de Ensino Superior no atendimento às necessidades destes alunos.

## **TRABALHO COM ALUNO SURDO NO ENSINO SUPERIOR**

O primeiro contato entre o aluno surdo e o professor é realizado em sala de aula e com isso nota-se o desconhecimento e o estranhamento, podendo ocorrer um encontro entre o professor que não conta com a presença de um aluno que usa a língua de sinais, nem com uma pessoa estranha em sala de aula, sendo o intérprete que estará presente todo o tempo.

Conforme Daroque (2011, p.15), com a presença de um intérprete não exime o papel do professor, que também não pode ser confundido com o do intérprete e vice-versa. A presença e a função do intérprete não suprirão a atuação do professor. As obrigações dentro da sala de aula que são em função do ensino-aprendizagem do aluno será de responsabilidade do professor. O intérprete tem a função da mediação linguística em sala de aula.

Silveira apud Daroque (2010, p. 72), relata que os professores, na maioria das vezes não são informados sobre a presença de alunos surdos e com isso eles sentem-se despreparados, impotentes e incompetentes para lidar com eles. Já de acordo com Silva (2000, p.30), ao receberem esses alunos, os professores se sentem frustrados e angustiados por se sentirem despreparados para proporcionar aos alunos uma experiência adequada de aprendizagem.

Ainda de acordo com Daroque (2011, p. 31), as condições como as apresentadas são encontradas por boa parte dos professores quando em seu trabalho se deparam. Segundo Tartuce (2005, p.5), “a ausência de uma formação que contemple a existência de diferentes sujeitos com diferenças significativas”. O que ocorre é que o aluno surdo não é o aluno esperado e encontrado na grande maioria das salas de aula.

Conforme Daroque (2011, p. 45), no caso do Ensino Superior o professor em sala de aula escreve rapidamente no quadro ao mesmo tempo em que explica. Portanto, o professor está acostumado com uma dinâmica em que os alunos escutam e tomam notas simultaneamente.

De acordo com Daroque (2011, p. 61), a tensão na relação entre os professores e os alunos surdos, na qual se manifesta por questionamentos tais como: o que pode ser exigido de leitura e escrita dos surdos no Ensino Superior? Onde começa e termina as dificuldades que podem ser atribuídas às diferenças linguísticas? São questionamentos extremamente fundamentais, para que se possa ampliar uma reflexão dessa relação entre o professor e o aluno.

Ainda conforme Daroque (2011, p. 69), também possui outros aspectos que se referem à metodologia, sobre os métodos de avaliação do estudante surdo no Ensino Superior. Avaliar é um dos métodos mais complexos da prática docente. Tendo que avaliar e levando em conta diferenças em termos de acessibilidade e comunicação e, ao mesmo tempo, observando os critérios mínimos estabelecidos para a formação superior quanto ao desenvolvimento de habilidades e competências é mais complexo ainda.

Essas questões, caso não sejam problematizadas com os professores e os estudantes, correm o risco de subestimar ou superestimar as competências e habilidades do aluno e os conhecimentos construídos nas várias disciplinas.

De acordo com Daroque (2011, p. 81), quando o professor possui um olhar mais atento para dar oportunidades para participação do aluno surdo, dando-lhe o tempo necessário para esta interação, o aluno percebe-se que foi acolhido pelo professor, percebendo que suas necessidades e limitações foram contempladas e que houve certa flexibilidade na dinâmica planejada. Com isso, esta relação de troca, atenção e acolhimento parece ser compreendido pelo aluno surdo com uma maneira de superar os problemas que se apresentam, ele identifica o professor como possível aliado na caminhada acadêmica, como alguém que conhece suas especificidades nos

modos de aprender, pode ajudá-lo a lidar melhor com os percalços e dificuldades.

## **O QUE OS ALUNOS SURDOS FAZEM NA SALA DE AULA**

O processo de aprendizagem dos estudantes surdos demonstra que os surdos se esforçam mais para se comunicar com os professores e com os colegas ouvintes, mas nesse processo ainda possui dificuldades devido ao desconhecimento da Língua Brasileira de Sinais (Libras), por parte dos professores e colegas ouvintes.

Isso foi observado que o processo de aprendizagem dos alunos surdos acontece por meio do intérprete e de gestos, ou não acontece, às vezes. Nota-se a dedicação dos alunos surdos para se comunicarem e se relacionarem com os professores, mas, com a falta de conhecimento da língua de sinais, por parte dos professores, esta relação e comunicação ficam difíceis. Quando um dos professores utiliza um pouco da Língua Brasileira de Sinais o estudante surdo expressa alegria e isso demonstra a necessidade de formação em Libras dos professores surdos.

De acordo com Sanches e Silva (2019, p.163), na pesquisa realizada foram observados dois estudantes surdos, que se comunicam e relacionam-se mais com os colegas ouvintes. Essa comunicação e relação dos estudantes surdos com os ouvintes acontecem em sala de aula, por meio da ajuda do intérprete e também algumas vezes surge espontaneamente com gestos, devido que nenhum estudante ouvinte da turma conhece a Libras. Um dos estudantes é o que mais interage com os colegas ouvintes, seja por meio da escrita, dos gestos ou Libras. Sendo, que cumprimenta os colegas ouvintes, procura-os para mostrar algo, anda muito pela sala e conversa bastante. Essa comunicação é importante no processo de inclusão e os colegas ouvintes gostam dessa interação.

Ainda conforme Sanches e Silva (2019, p.165), na sequência da pesquisa constataram que a relação, interação e comunicação dos alunos surdos com o intérprete é fundamental e que os alunos surdos estão atentos à interpretação realizada pelo intérprete de Libras. Perceberam também que os estudantes dependem totalmente destes profissionais para se comunicarem dentro da sala de aula. Estão sempre junto ao intérprete, observa-se respeito, amizade e a vontade na relação. Observou a forma como o estudante surdo comunica com o intérprete e a maneira com este lhes devolve a informação, quando fazem alguma pergunta ao professor, foi verificado que os alunos surdos confiam e estão seguros em relação ao que este lhes



transmite. É notório a relação amigável entre os estudantes surdos e o intérprete de Libras. Os estudantes surdos sentem-se à vontade, tira dúvidas com o professor e conversa com o professor. Foram verificados que quando o intérprete não está em sala os estudantes surdos não se sentem muito à vontade.

Ainda de acordo com a pesquisa, os estudantes participam das aulas e promovem as suas aprendizagens, interagindo, fazendo perguntas, tirando dúvidas, utilizando os materiais impressos e visuais, discutindo em grupos e na maioria das vezes com ajuda do intérprete. Na boa parte das vezes utilizam a Libras para a comunicação e isso faz com que os colegas e professores fiquem mais distantes.

No final da pesquisa foram notados a dificuldades na comunicação, no processo de ensino e aprendizagem, fazendo com que dificultasse a participação dos alunos surdos, que muitas vezes se retraem ou ficam inibidos em participar das diversas atividades. Foram notados a importância da relação e da comunicação entre os estudantes surdos e estudantes ouvintes, pois eles encontraram maneiras de se comunicar e de se relacionarem entre si.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A educação no Ensino Superior para os surdos pode ser analisada e pensada como a inclusão da pessoa com deficiência no funcionamento diário de uma instituição de Ensino Superior, e isso demonstra o confronto com ramificações inesperadas e incoerentes com relações de significados que concebe o ensino a partir de um ponto de vista inclusivo. Portanto, esse confronto precisa ser refletido e com isso necessita ser repensado a deficiência como é vivenciada no meio Educação Superior, mesmo sabendo que a dificuldade que acontece nas faculdades privadas e nas universidades públicas e estaduais que nos dias atuais não aderiram totalmente a inclusão educacional para os portadores de deficiência, pois possui ainda jovens especiais que estão participando somente de instituições especializadas de fundo assistencial.

Na relação da educação inclusiva, a uma tensão que origina do encontro de diferenças, pela estranheza do outro, e isso se dá a partir do desafio encontrado pelos professores em cumprir seu papel dentro da sala de aula, que sai em busca de estratégias para alcançar individualmente cada um de seus alunos e quanto aos alunos surdos quando se sentem desafiados e buscar atingir seu potencial de aprendizagem para alcançarem o objetivo de ensino do professor.

Principalmente na área do Ensino Superior a troca de informações e

aprendizagem é muito importante, pois demonstra a busca do professor em dedicar-se aos alunos surdos e enfrentar as barreiras junto com eles.

As faculdades e universidades devem respeitar a diversidade linguística dos alunos, seu ritmo de aprendizagem e a diversidade cultural. Possibilitando um bom aprendizado aos alunos surdos, bem como aos professores que se dedicam ainda mais em uma formação continuada, como cursos na área da educação especial para melhor atender esses alunos.

Refletir sobre a educação de pessoas surdas significa colocar questões importantes, sem deixar de lado em nenhum momento a discussão sobre a inclusão. Com respeito disso, tem se dado a evolução recente do atendimento educacional para os acadêmicos surdos, em termos de acesso, permanência e natureza dos serviços educacionais para eles, a legislação indicativamente favorável ao atendimento ampliado e integrado, como documentos oficiais referentes a leis e políticas públicas tem abordado a inserção do Ensino Superior desses futuros acadêmicos, com isso pensarem em medidas promovidas a ampliar as oportunidades educacionais especiais e com responsabilidade dos Ensinos Superiores no contexto de amplas reformas educacionais no país.

Portanto, é extremamente importante que aconteça um processo de reestruturação no ambiente educacional, de maneira que o estudante surdo se sinta acolhido, assegurando o acesso a igualdade de condições em relação aos demais alunos, a oportunidades oferecidas pela instituição de Ensino Superior, tendo como principal função a permanência do aluno surdo na caminhada de sua formação acadêmica.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMÉLIA, Maria Vampré Xavier. Inclusão: muitos olhares, vários caminhos e um grande desafio. **Revista Professor Mestre**. ed. 143, p. 15, agosto 2011.

ANSAY, Noemi Nascimento. **A trajetória escolar dos alunos surdos e a sua relação com a inclusão no Ensino Superior**. 2009. 133 p. Dissertação (Mestrado em Educação). UFPR. Curitiba.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. NBR 9394 – Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 1996.

BRASIL, IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso em 12 mar. 2021. BRASIL. MEC – Ministério da Educação e Cultura. Declaração de Salamanca. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 14 de agosto de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Lei nº 9131 de 24 de novembro de 1995**. Brasília, 1995. Disponível em: [http://www.pen.uem.br/legislacao/LEI\\_9131-95\\_CNE.htm](http://www.pen.uem.br/legislacao/LEI_9131-95_CNE.htm). Acesso em: 15 de agosto de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Decreto nº 2306 de 19 de agosto de 1997. Brasília, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/Decreto%202306.pdf>. Acesso em: 20 de agosto de 2023.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Saúde da Pessoa Portadora de Deficiência. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2008.

BEYER, Hugo Otto. **Inclusão e avaliação na escola**: de alunos com necessidades educacionais especiais. Porto Alegre: Editora Mediação, 2005.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação inclusiva**: com os pingos nos “is”. 4. ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 2004.

DAROQUE, Samantha Camargo. **Alunos surdos no ensino superior**: uma discussão necessária. 2011. 92 p. Dissertação (Mestrado em Educação). UNIMEP. São Paulo.

DORZIAT, Ana; ROMÁRIO, Lucas. **Professoras surdas**: ensino, formação e pedagogia surda. v. 23, n. 3, Número Especial, 2016.

FERREIRA, Maria Elisa Caputo; GUIMARÃES, Marly. **Educação inclusiva**. Rio de Janeiro: Editora DP & A, 2003.

FREITAS, Daniel Antunes; EULÁLIO, Wane Elayne Soares. Surdos e o Ensino Superior no Brasil: uma reflexão. **Revista Eletrônica Nacional de Educação Física**.

v. 10, n. 15, mar. 2020.

GÓES, Maria Cecília Rafael de; LAPLANE, Adriana Lia Frizman de. **Política de práticas de educação inclusiva**. 2. ed. São Paulo: Editora Autores Associados, 2007.

GURGEL, Taís Margutti do Amaral. **Práticas e formação de tradutores intérpretes de Língua Brasileira de Sinais no Ensino Superior**. 2010. Tese (Doutorado em Educação). UNIMEP. São Paulo.

JORNAL DOS PROFESSORES. **Órgão do centro do professorado paulista**. 343. São Paulo, 2003.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa. **O intérprete de língua de sinais: investigando aspectos de sua atuação na educação infantil e no ensino fundamental**. Relatório de Pesquisa. Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. São Paulo.

LEITÃO, Vanda Magalhães. **Instituições, Campanhas e Lutas: História da Educação Especial no Ceará**. Fortaleza: Editora UFC, 2008.

MANTOAN, Maria Teresa Egler. Inclusão promove a justiça: **Revista Escola**, 2005.

MICHELS, Lísia Regina Ferreira. **A inclusão/exclusão da pessoa portadora de necessidades especiais no contexto universitário**. 2000. 125 p. Dissertação (Mestrado em Educação). PUC-RS. Porto Alegre.

MITTLER, Peter. **Educação inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre: Editora Artmed, 2003.

RAMA, Claudio. **La tercera reforma de la educación superior en América Latina**. 1. ed. Buenos Aires: Editora Fondo de Cultura Económica, 2006.

REILY, Lucia. **Escola inclusiva: Linguagem e Mediação**. 2. ed. São Paulo: Editora Papyrus, 2004.

ROGALSKI, Solange Menin. Histórico do surgimento da educação especial. **Revista de Educação do Ideal**, v. 5, n. 12, p. 2, dez. 2010.

ROPOLI, Edilene Aparecida. et. al. **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: a escola inclusiva**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010.

ROSA, Andréa da Silva. **Entre a visibilidade da tradução da língua de sinais e a invisibilidade da tarefa do intérprete**. 2005. 215 p. Dissertação (Mestrado em Educação). UNICAMP. São Paulo.

SANCHES, Isabel Rodrigues; SILVA, Polliana Barboza da. A inclusão de estudantes surdos no ensino superior brasileiro: O caso de um curso de Pedagogia. **Revista Portuguesa de Educação**. v. 32, n. 1, p. 155-172, mai. 2019.